
HYDERABAD – Explorando o Interesse Público na Área de Responsabilidade da ICANN

Domingo, 6 de novembro de 2016 – 15h15 às 16h45 IST

ICANN57 | Hyderabad, Índia

OLIVIER CREPIN-LEBLOND: Tudo bem, boa tarde a todos, desculpem por termos atrasado, eu sei que nós devemos terminar exatamente no mesmo momento, na hora marcada, hoje a sessão sobre o engajamento do interesse público. E nós temos um painel que eu vou apresentar em 1 minuto, eu não sei quem controla os slides, então, por favor, eu gostaria de pedir o 1º slide. Wolf Ludwig da EURALO que vai falar sobre o conceito do interesse público, da perspectiva europeia Rajesh Chharia da associação dos provedores de internet da Índia, também alguém da APNIC e Jonathan Robinson do GNSO do back board do GNSO, como membro da diretoria compartilhando então qual é, da perspectiva da ICANN os interesses públicos e como aplicar isso. E são esses os aditivos que vamos tentar abordar nessa sessão. Depois Thomas Schneider do GAC que vai falar como o interesse público pode ser operacionalizado, a base de tomada de decisão na ICANN e depois disso teremos uma sessão de perguntas e respostas, vários painelistas me disseram que não vão usar os 15 minutos, e vamos maximizar as suas

Observação: O conteúdo deste documento é produto resultante da transcrição de um arquivo de áudio para um arquivo de texto. Ainda levando em conta que a transcrição é fiel ao áudio na sua maior proporção, em alguns casos pode estar incompleta ou inexata por falta de fidelidade do áudio, bem como pode ter sido corrigida gramaticalmente para melhorar a qualidade e compreensão do texto. Esta transcrição é proporcionada como material adicional ao arquivo de áudio, mas não deve ser considerada como registro oficial.

contribuições para receber ideias sobre o processo. Então vamos passar agora para o próximo slide, então o trabalho sobre interesse público é um conceito discutido já na ICANN desde o surgimento da ICANN e provavelmente antes disso, quando a ICANN ia ser criada, havia muita discussão, de como é que agiria no interesse público. Houve um marco de responsabilidade pública que propôs uma definição de interesse público na internet. Eu escrevi a definição aqui, garantir que a internet se torne e continue a ser estável, inclusiva e acessível em todo o mundo, para que todos possam aproveitar os benefícios de uma internet única e aberta, e ao abordar essa responsabilidade pública, a ICANN deve construir confiabilidade da internet e no seu ecossistema de governança. Nii Quaynor que participou do painel da ICANN e trabalhou com isso, hoje nós estamos tentando detalhar esse conceito e ver quais são os próximos passos, a questão de interesse público foi essencial para a transição e para as novas estruturas de governança, tanto na transição da supervisão da IANA, mas também nos tópicos da via de trabalho 2 do grupo de trabalho intercomunitário de prestação de contas. As palavras interesse público, interesse público global, são mencionadas 10 vezes, e as vias de trabalho, e a via de trabalho 2 está trabalhando também nesse tema, há vários subgrupos trabalhando nisso, e há um que lida com as questões de direitos humanos, outras sobre prestação de contas, etc., porque a prestação de contas

também tem essa parte de interesse público, e embora não haja definições, a ICANN está enraizada no interesse público, não temos uma definição ainda, mas sabemos como isso deva funcionar, e nesse contexto, talvez, é importante definir áreas de consenso, então esse painel vai falar um pouco disso e estimular vocês a falar sobre isso, e queremos então construir pontes e acordos onde ainda não existem para seguir adiante., então vamos passar para o próximo slide, e mostrar a perspectiva histórica vendo as nuances históricas e políticas do conceito de interesse público global, com exemplos da Europa e Índia. Vamos começar com Wolf Ludwig da EURALO que está no grupo de trabalho de interesse público e vai apresentar um trabalho conectado a essa sessão. Há uma lista de e-mails por sinal, sobre essa discussão.

WOLF LUDWING:

Muito obrigado Olivier, por abrir então as portas para essa discussão, eu vou tentar ser o mais curto e preciso possível, para dar mais tempo para as apresentações, e também para o público. Essencialmente, eu comecei alguns anos atrás porque eu não acho que o Olivier disse, não haja uma definição, eu acho que sim há uma definição de interesse público, mas não há uma única definição. Há várias abordagens para discutir e refletir sobre interesse público, pelo menos do ponto de vista europeu historicamente. Então há 1 ano atrás eu publiquei um artigo

colocando um histórico desse conceito de interesse público. E mostrei os equivalentes nos idiomas europeus, temos em Alemão, Grego, Latim, Frances e Italiano, Inglês, e outras línguas europeias, então se você tiver uma palavra para isso, é necessário também ter um significado, então seguindo adiante, podemos começar com Aristóteles, no período antigo já tinha esse termo polis, no sentido de Aristóteles, o interesse público. Ou entendimento do interesse público aparece no trabalho de Aristóteles. E isso é dentro do contexto europeu é bastante antigo, há outros exemplos, as cidades-estados na idade média em toda a Europa, em Nice, Gênova, Hamburgo, nos estados Anciãos, as cidades estado tinham nas suas constituições havia um termo dizendo que deveriam buscar o interesse público, que seria o interesse da maioria da comunidade. Então nós temos várias referências no artigo, eu trago outros detalhes, há vários livros sobre o que é chamado Gemeinen Nutzen, que é um termo alemão, e que é encontrado em diversas comunidades na Suíça. Interesse público nas comunidades da Suíça são um fenômeno muito comum, então era mais a regra do que a exceção. No contexto inglês, nós temos os chamados comments, os comments ou o, em comum tem uma continuidade histórica, que tem contextos levemente diferentes, mas tem essencialmente o entendimento é o mesmo. Temos referências ao interesse público em diferentes constituições europeias, na constituição da Suíça, da Espanha, na França e na da Alemanha.

Elas são expressamente mencionadas no direito alemão. Sempre se fala no interesse público nas constituições europeias, então hoje é mais difícil em nível global quanto a outras partes do mundo definir isso, essa expressão e interesse público, e o Rajesh vai falar isso no contexto da Índia, e é difícil estabelecer uma definição do interesse público global. É muito difícil incluir os diferentes ângulos regionais. As tradições históricas, a questão do idioma, podem fazer com que seja mais difícil definir o interesse público global, mas o interesse público em si do ponto de vista europeu, é bem fundamentado, é um princípio diretor, e vários períodos históricos aparecem, e tem um papel muito importante, especialmente quando se refere às regulamentações. As regulamentações governamentais, geralmente, vou utilizar um exemplo da França, Alemanha, Suíça em geral, se referem ao interesse público, então não posso imaginar nenhum conceito ou sistema de boa governança que não leve em conta o interesse público. Na verdade, eu acho que o interesse público é parte constitua de qualquer sistema ou modelo de governança, bom, então eu vou encerrar aqui, e se vocês tiverem mais perguntas, eu deixo para a parte da discussão. E eu estou bem curioso, para saber do nosso colega da Índia qual é o quadro em outras partes do mundo, especialmente aqui onde estamos.

RAJESH CCHARIA:

Obrigado Olivier, e obrigado Wolf, por terem confiança em mim, para falar do conceito de interesse público global. A Índia, na Índia, a penetração da internet recém começou, e nós temos que nos movimentar rapidamente, nós temos nesse país, pelo menos, na verdade, apenas 15% falam inglês e a internet é toda em inglês, e na Índia há 22 idiomas oficiais, e cada língua é diferente. Como trazê-las todas para a mesma plataforma? Isso é um grande desafio. Então até agora, não há uma melhoria ou, em termos de incluir esses idiomas regionais na internet. Coimo nosso 1º ministro falou sobre a nossa posição em relação a esse modelo multisetorial e na minha opinião, o público é um dos principais stakeholders, ou participante desse sistema. E sem o público, isso é, sem usuários da internet, os outros stakeholders não podem sobreviver. Quanto à governança, o governo está trabalhando no interesse público. O problema é como fazer que esse público participe da tomada de decisões. O ex 1º ministro de 1965, abriu o setor para o setor privado, e houve muitos provedores de internet, trouxeram essa infraestrutura para o público indiano. Houve muitas mudanças e se nós pensarmos no início da APNIC, que Olivier falou que eu sou o membro do conselho executivo, e também do secretariado, isso se chama relacionamento público. Começamos dentro da APNIC, nós iniciamos na APNIC, porque é onde está o nosso RIR, e onde estão os recursos de IP, mas lentamente começamos a participar da ICANN, do IGF e outros eventos internacionais. E

devido a essa participação, e a essa confiança, nós começamos, nosso grupo começou a participar e a aumentar o número de usuários, todos os dias. Aumentando o interesse do público para a elaboração de políticas, nós verificamos que o empoderamento da pessoa comum, é essencial. E esse empoderamento melhorou o padrão de vida dos cidadãos da Índia, e vimos essa mudança drástica, nas eleições de 2014. E depois de ganhar as eleições, o 1º ministro confirmou categoricamente, que o uso das mídias sociais, empoderaram o homem comum, e devido a isso, o novo governo, foi por causa disso que o novo governo ganhou. 440 milhões de conectividade, com 1.05 bilhões de telefones celulares, numa população de 1.35 bilhões. E isso não é pouca coisa. A internet não é só a conectividade global. Não é só apertar um botão vermelho, ou um, verde. A internet requer uma, requer com que a parte rural do país seja incluída também. E os provedores de internet estão criando interesse do público para internet. E informando que eles podem e devem tomar uma parte ativa na tomada de decisões e na elaboração de políticas. Antes disso, quando a internet não estava tão desenvolvida, e as pessoas não eram tão ativas com a internet, naquela época, falar em interesse público, com esse tipo de comunicação ativa não era muito frequente, e não era questionável porque nós não sabíamos o que estava acontecendo fora da Índia. Mas devido á participação ativa da comunidade internacional dentro do

nosso país, agora as pessoas, muitas pessoas adotaram esse conceito, e começaram a discutir sobre as políticas de internet, e a organização diferente que agora está prevalecendo agora, essa sim, é bem assim. Um modelo multisetorial foi anunciado, está transformando 100% da população numa população multisetorial, e isso porque as pessoas anunciaram, ou vão constituir a camada superior, uma camada média da burocracia, e elas entenderam que no usuário multisetorial, o setor privado tem um papel fundamental na tomada de decisões. Mas nós ainda assim, vemos que os burocratas ainda não se sentem muito à vontade com a governança de internet, a governança pra mim com ajuda do público vai ser bem sucedida, e vai ajudar a Índia a tornar-se um país muito ativo no setor de TI. Muito obrigado.

OLIVIER CREPIN-LEBLOND: Muito obrigado Rajesh, é muito bom ouvir seu ponto de vista desses países, dos quais não sabemos muito. Agora vamos aqui recorrer aos especialistas da comunidade da internet, temos Jonathan Robinson e Becky Burr, da GNSO que é a organização para nomes genéricos, tem um mandato para o qual o interesse público é muito importante. Jonathan qual é o seu ponto de vista sobre isso? E como você mantém essa busca do interesse público nas políticas?

JONATHAN ROBINSON: A pergunta que me fizeram, observar as políticas públicas, e como foi dito antes, o interesse público às vezes é uma coisa que nós entendemos, sentimos, sabemos como é feita, mas não é fácil de testar. E eu quero mostrar aqui algumas manifestações de interesse público com a ajuda também dos colaboradores da ICANN, mas há três áreas que parecem ser muito boas como exemplo, e uma é que o apoio à evolução da DNS, e sua segurança e estabilidade com um serviço confiável e robusto, saudável, e também frequentemente temos as decisões que envolvem a segurança e a estabilidade da DNS, também temos as áreas de cooperação e concorrência, e a confiança no sistema, e também a transparência e a prestação de contas como deveres. E então eu fiquei observando as questões do apoio da segurança e estabilidade da DNS, a elaboração das melhores práticas dos sistemas multisetoriais, uma melhor participação que são assuntos bem amplos, eu vou falar mais em detalhes sobre a internet, e como você mencionou Oliver, o trabalho de políticas foi encomendado à GNSO, ao conselho da GNSO, que é também um órgão multisetorial. E poderíamos dizer que sim, nesse sentido podemos ter uma boa discussão sim, somos um órgão multisetorial que está administrando e estamos supervisionando a introdução da elaboração de políticas de uma maneira multisetorial. Esse processo multisetorial, como muitos outros desses processos, ao

comprometer-se com os resultados dos PDPs, temos partes contratadas que estão sujeitas então a esse envolvimento do interesse público. Então temos, por exemplo, as melhores práticas como trabalho estratégico, revisões de tipo organizativo, e tudo deve ser aberto, deve haver cooperação, colaboração, transparência, são mecanismos pelos quais a ICANN, ou que a ICANN procura encontrar através de seus compromissos. E não são simples compromissos, mas servem para melhorar a eficácia, e essa efetividade da organização. E vemos, e por exemplo, que uma das questões que temos observado é uma implementação efetiva, em termos de tempos, e muita eficácia, e é um compromisso bem importante, e a ICANN está bem comprometida para aumentar a participação, ter mais transparência, uma melhor prestação de contas, abertura, e outro princípio importante é de diversidade. E para isso também está o interesse público, na medida em que a ICANN tenta ser cada vez mais diversa, incluindo culturas, regiões, religiões, línguas etc., então são exemplos de atividades de interesse público. E eu acho muito interessante ouvir e também conversar sobre a suficiência, a adaptação, e desses assuntos. E então, Olivier, eu queria mencionar isso, e depois poderíamos passar para, depois de ouvir Becky ouvir as perguntas e comentários.

BECKY BURR:

Obrigado, eu quero repetir um pouco a história mencionada pelo Olivier, e a ICANN tem falado sobre interesse público, e como para servir os interesses públicos, foi necessário criar uma definição, foi um grupo que o comitê de estratégias que fez essa definição. Que interesse público quer garantir que a internet se torne, continue a ser estável, inclusiva e acessiva no mundo inteiro, para que todos possam desfrutar dos benefícios de uma internet aberta e única, etc. então quando essa definição foi proposta, ficou muito claro, rapidamente, que seria muito difícil obter aceitação da comunidade, e que não seria fácil implementar isso. E em partes é porque o interesse público nunca foi descrito de uma maneira abstrata. Mas o interesse público sempre está dentro de um contexto. E nós quando pensamos em interesse público, pensamos sempre em situações concretas e individuais, então quando nós começamos o CCWG prestação de contas, e especificamente quando começamos a redigir os compromissos, valores básicos, a declaração da missão, houve uma discussão se a ICANN não deveria participar da discussão de interesse público, e também se seria incluído nos valores básicos nos estatutos, e então foi necessário que a ICANN elaborasse uma política, procurando o interesse público. Houve uma conversa sobre a significação então do interesse público. E tivemos muitas discussões nesse grupo, e depois de muitas discussões, decidimos que uma maneira de resolver isso, seria dizer essencialmente, ou referir-

nos à declaração da missão, como o contexto, e que essa declaração exigiria que a ICANN procurasse preservar uma operação estável e segura dos sistemas identificadores únicos da internet. Isso quanto à nomeação, e isso também está vinculado às políticas, para as quais a resolução uniforme e coordenada seria necessária para facilitar a abertura, interoperabilidade e resiliência, estabilidade e segurança. E que as políticas fossem desenvolvidas através de um sistema de baixo para cima para elaborar políticas, então nós chegamos a um tipo de definição breve sobre o que é o interesse público para a ICANN, e que portanto a ICANN, deveria garantir a disponibilidade e integridade dos registros, que essencialmente são nomes, e resoluções que são números, então depois de muita conversa houve essa proposta e Steve DelBianco, deu uma boa definição de interesse público, que é essencialmente não definir o interesse público, se não for dizendo que, referindo-nos à missão da ICANN. Mas que mais importante do que isso seria identificar o interesse público. E mencionar que os valores básicos da internet deveriam zelar por uma participação ampla, esclarecida, na elaboração de políticas, e que essas políticas deveriam ser criadas através desse modelo multisetorial de baixo para cima. E eu vou ler especificamente aqui dos estatutos, aqui há um parágrafo que é o seguinte, garantir que o processo da elaboração de políticas multisetoriais de baixo para cima, se utilizado para defender o

interesse público e que esses processos sejam transparentes e responsáveis. Então dentro dos novos estatutos, deliberadamente, conscientemente decidimos ter uma definição global, que ter uma definição global de interesse público, não seria bom. Mas decidimos que seria bom dizer que se nós elaboramos políticas através de um processo inclusivo, de baixo para cima e multisetorial, que considerasse as contribuições de todas as partes da comunidade, inclusive do GAC que tem uma relação especial com o interesse público sim, esse, o resultado desse processo bem desenvolvidos para elaborar políticas com o apoio do consenso da comunidade, por definição, seria um processo que estaria em, servindo ao interesse público e estaria dentro da missão da ICANN, e então é uma abordagem bem diferente. Não é uma simples definição perspectiva, e então é uma redação muito específica que nós utilizamos, esse processo de elaboração de políticas multisetorial e de baixo para cima, foi o que serviu para identificar o interesse público global. Então realmente nós embora, vamos continuar tendo vários PDPs, para tentar continuar elaborando uma definição de interesse público global, o que nós procuramos é que a internet, a ICANN sirva para executar os próprios estatutos da ICANN, e que siga esse processo sempre com o consenso da comunidade multisetorial. Portanto, não seria preciso termos uma definição muito longa, mas prática. E tudo isso foi o resultado de alguns anos de muitas

conversas, muitas reflexões e que, e essa é a maneira que nós identificamos nossa definição de interesse público na ICANN e no período PTI.

OLIVIER CREPIN-LEBLOND: Muito obrigado e por enquanto vamos deixar o microfone, antes vai falar Thomas Schneider e depois deixaremos o microfone aberto para o público. Muito interessante o que você disse Becky, você utilizou a palavra transição e isso é muito interessante.

THOMAS SCHNEIDER: Boa tarde, eu sou Thomas, presidente do GAC, me pediram para falar da perspectiva dos governos, porque os governos são obrigados a tomar decisões que devem ser do interesse público em todos os níveis, local, regional e global. A definição que nós vimos sobre segurança, estabilidade e disponibilidade de internet, é do interesse público. Eu acho que é um elemento do interesse público, mas é um elemento de milhares, é um objetivo de interesse público ou uma política, eu acho que tudo o que for, não só o DNS, a energia, saúde, alimentos é na verdade, é como agregar ou mitigar. Uma definição não faz sentido, eu vou dar o exemplo concreto de como os governos devem, ou são forçados, se não o fizerem, tomar decisões no interesse público, de uma forma completamente diferente, e são

elementos que eu sugeriria que vocês levassem em conta, e num modelo que talvez possa ser aplicado na ICANN, ou no mundo do DNS. Tomando o interesse público, levando em conta todos os elementos de interesse público, e esse é o exemplo. Imagine-se que você tenha uma proposta de uma empresa de fornecimento de energia hidroelétrica num rio, num vale para gerar eletricidade. E é claro, o objetivo do interesse público é gerar energia, porque é necessário haver eletricidade. Então nós temos um país de 100 milhões de pessoas, nós temos problemas de fornecimento de energia para todos, então fazer essa usina, o projeto custaria 1 bilhão de dólares, 100 mil dólares por ano, seriam ganhos por ano, então em 10 anos então haveria lucro. O problema é a área que será coberta por essa represa. Então essas pessoas que moram nesse vale devem ser deslocadas a cinco quilômetros abaixo que se essa empresa rompesse, as pessoas todas morreriam. E 15 quilômetros depois, há uma fronteira em um outro país com uma sede de 1 milhão de pessoas. Então se essa represa rompesse, nessa área também em que os animais, em que a represa seria construída, há várias espécies em perigo de extinção. Há um monumento cultural que então, que seria submerso, então como se decide que essa empresa vai ser construída ou não? a forma fácil de decidir é que a empresa pague 10 milhões de dólares para o ministro responsável, ministro de energia daquele país, e além do mais, de 10 milhões para a campanha para as próximas eleições do

seu partido, bom, interesse público são os fornecimentos de energia, isso é do interesse público, e isso faz sentido. E nós vamos dar 100 mil dólares por pessoa dos que moram nesse vale, essa terra não é fértil, e nós vamos dar 100 mil dólares, e vocês se mudam e vai ser tudo bem. E essa não é a forma ideal de tomar uma decisão no interesse público, então na minha visão, a realidade é claro, a realidade é intermediário, na minha experiência no meu país, é porque nós introduzimos algo como a comunidade empoderada, que tem a última palavra nas decisões tomadas pelo governo, que é uma democracia, nós temos uma forma mais de baixo para cima. Então, o que nós precisamos fazer, quais são os interesses ou políticas públicas estão envolvidos? Então temos o fornecimento de eletricidade, e temos os direitos das pessoas que moram lá, direitos de propriedade, tem os riscos para as cidades no vale, temos riscos à biodiversidade, e também temos a herança desse monumento histórico que está lá, são objetivos de políticas públicas e que são elementos de interesse públicos. Então olhando da parte jurídica, qual é a base legal desses elementos de interesse público. Uma questão, a operacionalização disso. Essas pessoas tem direitos legais às bases jurídicas do gerenciamento de riscos dessas represas, então por exemplo, essas pessoas que moram na área quais são as exigências mínimas para que os riscos sejam menores do que morrer em um acidente de carro, há também a questão do uso da água, então o quanto de água

pode ser usada para que om país na fronteira não seja prejudicado, então pode haver também bases internacionais, jurídicas de proteção da biodiversidade, o seu país pode ter assinado tratados internacionais em relação a isso, em relação a monumentos históricos, então dos interesses, dos elementos de interesses públicos, apenas um é o fornecimento de eletricidade, mas os outros elementos também são interesse público, então se pode chegar à conclusão de que esse projeto não é do interesse público. Uma alternativa seria ter a mesma quantidade de energia em duas empresas menores, em dois vales menores, cada um mora mil pessoas, e apenas uma cidade com mais de mil pessoas, imediatamente depois não há monumentos históricos, e só há cinco espécies em perigo de extinção, mesmo assim ainda não é uma solução. Essas mil pessoas precisam de uma solução. Você precisa pensar isso de novo, estabelecer os seus direitos, e por exemplo, no caso de Suíça o que nós fazemos num caso desses, é convidar esse fornecedor de energia que contatem as pessoas, que conversem com essas pessoas, achar um lugar onde essas pessoas vivam, dar uma compensação financeira, e talvez dar uma parte dos lucros que eles vão receber nos próximos 20 anos, por exemplo, isso já aconteceu na área em que eu vivo, as pessoas então se mudaram, receberam essa compensação, etc., a questão é quem é que decide num caso desses? É o interesse imediato dos que vivem nesse lugar, mas além disso de todo país. Então nós

temos o direito dessas pessoas que vivem nessa área votarem, e assim todos os habitantes do país. E mesmo que você não tenha um contrato vinculante internacional, você pode ter tratados binacionais, que podem incluir, que podem ser incluídos nesse interesse público, não é só uma questão de ser vinculante juridicamente, mas reunir as partes para que esses problemas sejam resolvidos. Então o direito de voto das pessoas do local, e de toda a população não adianta nada dar uma milhão para cada uma dessas pessoas, e o resto das pessoas do país dizer: não, isso é dinheiro demais, ou outros, e mesmo se for um preço baixo que eles recebam, dizem: bom, mas eu não quero, porque esse castelo faz parte da história do meu país, e eu não quero que seja submerso. O que eu estou tentando dizer em essência, é que não faz sentido dever o interesse público, temos que identificar elementos objetivos de políticas, precisamos de um processo para identificar todos os elementos que são relevantes em cada caso, todos os envolvidos devem ser ouvidos, e devem ser avaliados todos elementos considerados relevantes, encontrar soluções através de processos de baixo para cima, que digam quem tem direito de dizer sim ou não, é uma proposta, pode haver várias camadas, e depois desse processo estabelecido, qual será o resultado, qual é a probabilidade que isso seja feito no público, e não que seja o interesse público. E nós não, o interesse público é um conceito abstrato, que força que você identifique um processo que no final deve levar a algo

que esteja no interesse público, devem ser pensados que o objetivo da elaboração de política, se você por exemplo, fornecimento de energia, e durante o tempo que você está, durante esse período que você está cedendo, construir a represa ou não, a energia solar se tornou toa barata que é muito melhor utilizar essa energia do que construir a represa, então a demanda também pode mudar. Há outros recursos disponíveis, então o objetivo de políticas de interesse público, não só o que nós precisamos e a situação também pode mudar, e temos que ter, necessitamos um processo flexível. O que é necessário também pode mudar com o tempo. Muito obrigado.

OLIVIER CREPIN-LEBLOND: Muito obrigado Thomas, eu sei que essa abordagem pragmática Suíça sempre é interessante. É claro, é interessante ter vales e represas, para começar. Bom, agora é a parte da sessão em que a gente precisa, temos o microfone disponível, então façam uma fila, enquanto isso eu vou responder duas perguntas que foram feitas através do chat, a primeira é de uma pessoa chamada Aaron, a pergunta para o Chharia, qual é essa, o que, que significa esse uso justo, que os ISPs da Índia adotam?

RAJESH CHHARIA: Isso tem a ver com a qualidade. Nem sempre o que se aplica no mundo ocidental, Europeu, talvez não se aplique a Índia, a Índia

tem um mercado muito diferente, e alguns anos atrás o Head and Shoulders era com um shampoo e foi um fracasso total, o sachet que era um outro tipo de shampoo começou a ser usado pelas camponesas. Nós sabemos que temos o custo mais baixo de telefonia celular. A Índia tem alta densidade de usuários, em termos de área. Se nós não utilizarmos essa política de igualdade, ou política de distribuição justa, alguns vão usar demais, vão abusar dessa capacidade, e os outros não vão conseguir utilizá-la. Então nós temos em cada domicílio uma conexão de banda larga, e todos nós queremos ver vídeos na internet como Youtube. Essa política de uso justo, existe na Índia para impedir o abuso, e isso beneficia uma grande parte da população, impedindo que uma porção muito pequena dos usuários usem Torrent para fazer o download de filmes e outros arquivos muito grandes. Ontem mesmo eu estava conversando com alguns dos estúdios sobre o abuso dessa política. Alguns sites só, o abuso da pirataria na internet. E isso está sendo impedido através da nossa política de banda larga que está limitada em 5'1 KBPs. Eu sei que há muita gente na fila aqui, e vocês podem fazer perguntas para pessoas na sala também, porque aqui não temos muitos especialistas. Você poderia se identificar, porque há interpretação.

ASHWIN SASONGKO: Ashwin da Indonésia, em primeiro lugar eu gostei muito das suas informações Thomas, espero que na próxima reunião do GAC, você pode distribuir *The Devil's Alternative*, o livro de Frederick Forsyth's. Eu não sei se eu vou depositar 100 mil dólares no seu país ou no meu. A minha pergunta, na verdade eu gostaria dos seus comentários, a tecnologia de TI chegou a um nível em que agora há monopólios globais, em qualquer nível desde aplicativos, superfícies, sistemas, chips, então hoje em dia se tem computadores baratos, smartphones baratos, mas por outro lado, nós temos só um ou dois produtos. Por que, que eu não faço os meus próprios smartphones, os meus próprios computadores? Meus próprios chips, por que, que eu não posso fabricar isso no meu país?

OLIVIER CREPIN-LEBLOND: Muito obrigado, eu não sei se alguém quer comentar? É uma pergunta que muita gente faz, por que nós só temos um grande motor de busca no mundo, um grande provedor de serviços, mas isso depende do consumidor, o consumidor decide o que eles querem. Gostaria de provocar aqui um pouco.

CHUCK GOMES: Eu quero compartilhar em forma pessoa, mas eu sou da Very Sign, e houve mais comentários do que perguntas se, bom, vou responder, eu quero agradecer a todos vocês, Ludwig começou

dizendo que não há uma única definição, e Thomas, você realmente disse a mesma coisa, não há uma única definição, tudo depende da situação, e durante, na nossa comunidade da ICANN tentamos definir isso, e isso é porque assumimos que a palavra pública é algo homogêneo. E se não for homogêneo, mas não é fácil de definir o interesse público, e ainda fica mais difícil quando pensamos em, no aspecto global da nossa organização, então o importante é focarmos no processo, e é isso que nós estamos fazendo na ICANN, vários aqui mencionarão esse processo multisetorial, de baixo para cima, e ao invés de perder tempo tentando encontrar uma definição, devemos focarmos no processo. E deixar com que o público global tão engenhoso defina o que é o interesse público para cada circunstância, e como o presidente do grupo de trabalho de RDS, temos um desafio muito grande, porque temos muitas perspectivas diferentes no grupo, e devemos chegar a um consenso, e combinar as perspectivas da melhor maneira possível pelo interesse do grupo, e é isso que nós, e é nisso que vamos colocar o foco. Então, e isso deve ser aplicado para cada política, essa questão do interesse público.

OLIVIER CREPIN-LEBLOND: Muito obrigado Chuck.

MICHEL PALAGE: Rapidamente, primeiro alguém que não esteja de acordo com o comentário da Becky, que o GAC tem uma relação especial com o interesse público dentro da ICANN? Eu concordo com você Becky, mas há alguém que não esteja de acordo? Muito bem, segunda parte, estamos todos de acordo então, segunda parte da minha, porque não perguntar aqui na sala? Pode ter alguém que não esteja de acordo?

OLIVIER CREPIN-LEBLOND: Não só vamos perguntar ao painel aqui temos algumas pessoas que levantaram a mão.

WOLF LUDWIG: Eu quero fazer um comentário breve, eu acho que está mais ou menos institucionalizado no GAC, mas por outra parte acho que deveria ser uma preocupação também da comunidade at large, que representa os usuários finais globalmente, e que isso deveria ser feito para o interesse público e global. Então eu vejo uma grande preocupação de parte da comunidade at large, e se ambos os comitês consultivos tiverem, e ambos os comitês consultivos deveriam estar preocupados com a questão de ter esse público, ALAC e GACX também.

BECKY BURR: E Becky, se isso já está incluído nos compromissos e nos valores básicos, e levamos em conta o rolo, o papel que temos de recomendar os governos sobre políticas públicas.

MICHAEL PALAGE: Muito bem, agora vem a pergunta mais complexa, o que acontece quando o GAC dá uma recomendação ao board? É possível que o board não preste atenção a essa recomendação, existe essa possibilidade? Então vou dar um exemplo aqui, no contexto do GAC, na categoria 1, haviam listas de cadeias sensíveis, e tava .market e isso incluía também cadeias financeiras e o GAC recomendou que os registrantes fosse pré-eliminados. Isso estava dentro da recomendação do GAC. E junto com isso houve também o blooberg.doc etc., que isso depois foi recuperado, e esse é o questionamento que eu quero fazer. Quando o board da ICANN não segue a recomendação do GAC, ou se o board não tivesse ignorado a recomendação do GAC, como teria sido a situação? Aqui houve consequências? Então como seriam essas hipóteses? Aqui há um problema com essa premissa fundamental, de que o GAC poderia não prestar atenção a uma recomendação do GAC, e os estatutos devem garantir que o board não, que o board ignore uma recomendação do GAC, e então os estatutos exigem que o board da ICANN siga esse processo multisetorial, de baixo para cima, e que siga esse processo de acordo com sua missão, valores

básicos, e que o resultado de tudo isso seja a formulação ou articulação do interesse público global. O GAC tem uma relação especial com a política pública, mas esse interesse não é exclusivo do GAC, não acho que haja nenhuma responsabilidade aqui ou compromisso, aqui não estamos colocando isso sob, dentro de um teste, não.

MICHAEL PALAGE:

Sim, eu concordo, também pode ser bom, mas eu só vou deixar isso para continuar refletindo sobre algumas cadeias, e o que acontece quando há uma comunidade que não é escolhida, isso visa ver o interesse do setor público, etc., então só deixo essa pergunta para consideração do público aqui.

OLIVIER CREPIN-LEBLOND: Depois de Stephanie Parrin vou encerrar o momento de perguntas. Não vejo quem está, agora, quem vem agora?

SIVASUBRAMANIAN MUTHUSAMY: Sivasubramanian Muthusamy da Sociedade da Internet na Índia, e a primeira parte do assunto foi a perspectiva histórica de países, diferentes países, inclusive da Índia, e eu quero falar sobre uma das maiores, mais importantes noções de interesse público na Índia, que é a noção de considerar o mundo inteiro como uma grande família. E esse conceito junto com o conceito

de confiança, de confiabilidade, de uma pessoa com poder ou com riqueza, recebe a tarefa de fazer algo pelo bem do mundo, e esses dois conceitos juntos, poderíamos já definir o interesse público global, e na internet o interesse público global é alcançado através do governo, ou das empresas que agem para o mundo inteiro e não para elas. Eu vejo o interesse público diferentemente de Thomas. E o interesse global é o que acontece na ICANN, mas quando chega a instância da empresa de negócio, vemos barreiras que são impostas por nações e que não devemos observar os conteúdos, e nós estamos aqui com uma missão básica, Chuck também falou sobre focarmos no processo, e talvez eu concorde com o Chuck aqui, vamos focar no processo, mas o processo deve ser redefinido, para o interesse do público mundial, para que esse processo esteja centralizado no interesse público global.

THOMAS SCHNEIDER: Muito obrigado, uma resposta rápida sim você tá certo, basicamente um representante do GAC de um país específico, recebe o salário para o interesse nacional de seu país. Mas o GAC como um todo se reúne para mitigar o interesse de uma nação, visando isso o interesse de outra nação. E é por isso que nos reunimos. E para tentar mitigar os interesses de cada país, em detrimento dos interesses de outros países, e só isso. Muito obrigado.

OLIVIER CREPIN-LEBLOND: Obrigado Thomas, vamos para o seguinte aqui na fila.

SUBI CHATURVEDI: Muito obrigada Olivier. Eu sou Subi Chatuverdi, represento os operadores de celulares da Índia, muito obrigado por iniciar essa conversa tão fascinante. Nós temos diferentes perspectivas, e há duas coisas aqui, que eu considero, quando falamos em interesse público se observamos a definição no manual, fala sobre interesse não egoísta de uns poucos, mas o interesse de todos os cidadãos de um país. E se observamos a Índia, além de termos uma democracia muito barulhenta, também temos 22% de pessoas que estão conectadas, e em termos de números absolutos, temos um aumento, mas também temos um maior número de população que ainda não está conectada, e que deve estar online. E quando falamos sobre questão de interesse público e de representação, e temos processos que são, estão estruturados, e ainda excluímos muitas vozes. Vemos muitos espaços de silêncio. Então a pergunta é muitas vezes esses processos são bem-intencionados, tem boas intenções, mas há barreiras linguísticas de inclusão, de relacionamento, acessibilidades também. E 70% das pessoas não estão aqui na sala, pessoas da Índia e que não estão representados aqui, e estamos deixando

uma grande sessão da falsidade fora disso, e elas precisam muito dessa internet.

OLIVIER CREPIN-LEBLOND: Muito obrigado Subi, Becky pode responder?

BECKY BURR: Sim, eu mencionei agora o valor básico da ICANN que faz parte do processo de tentar discernir o que é o interesse público, e que deve ser um processo muito inclusivo, muito aberto de participantes na elaboração de políticas, mas é um processo, e claramente isso faz parte de um processo.

OLIVIER CREPIN-LEBLOND: Muito obrigado, seguinte pessoa.

JONATHAN ZUCK: Muito obrigado, é Jonathan Zuck da Associação ATA e da associação APP Presidente da equipe de revisão CCTI, e quando estou ouvindo aqui essa conversa, eu gosto muito, e penso no Steve DelBianco's como sendo, não tento ver qual é mais atraente, qual é menos atraente, mas eu estou pensando nas implicações que temos de descrever essa situação, devemos levar em conta os limites, estabelecer limites dentro dessa conversa, sobre o que é interesse público, pensamos nas

recomendações, do GAC, mas a comunidade também tem que ter direito de recusar ou corrigir as recomendações do GAC. Tudo isso dentro da missão da ICANN, e agora eu acho que essa organização é tão grande, tão rica, que o incentivo vai ser de pensar amplamente no papel que a ICANN pode ter no mundo. Não interessa público mundial, e isso não me surpreenderia muito pensar que algum dia a ICANN também tem intervenção numa disputa interna na África sobre talvez uma represa ou então, então deveríamos pensar em mudar os estatutos da ICANN, mudar a noção da missão aqui. E devemos pensar simplesmente na integridade do DNS, e disponibilidade do DNS, essa é a única missão da ICANN. Eu não posso pensar numa situação em que a ICANN tenha mais responsabilidades do que essa. Seria desastroso. E devemos então sentirmos a nossa missão específica, e aqui entra a definição de integridade. E deveríamos alterar a missão geral da ICANN ao invés de agir caso por caso.

BECKY BURR:

Eu me surpreendo, porque eu não posso fazer nada que não esteja especificamente incluído na nossa missão. E isso significa preservar, os identificadores únicos, sua estabilidade e segurança, e a disponibilidade, e Thomas já me falou muito sobre isso, e a disponibilidade e integridade de nomes e números, esse é o objetivo principal. E também o processo que

nós temos de PDP, e o processo normativo de baixo para cima, tudo isso garante com que os resultados finais, depois de todo esse processo, e realmente sejam interesse do público.

OLIVIER CREPIN-LEBLOND: E temos cinco minutos só para concluir essa sessão. É uma discussão interessante, Thomas tem a palavra, e podemos continuar essa conversa online.

THOMAS SCHNEIDER: Vou tentar ser breve, não a ICANN não é responsável de salvar o mundo, não é o objetivo, mas sim precisamos de ter um processo que permita identificar todos os elementos de interesse público, e por isso que estamos aqui, por isso que temos pessoas aqui que se preocupam, ou que se preocupam pelos nomes de lugares históricos, de rios, de montanhas da América Latina, etc., não é uma questão de vida ou morte, mas é uma discussão que implica bilhões de dólares, e que também faz parte do interesse público mundial. Não significa que aqui devam ser resolvidos todos os problemas, mas devemos ter bem claro qual é nosso trabalho, qual é nossa incumbência, e também levar em conta as análises econômicas e regionalidades econômicas, e que elas devem ser minimizadas.

OLIVIER CREPIN-LEBLOND: Muito obrigado, e a seguinte pessoa aqui na fila é, por favor um minuto só pra pergunta.

KAVOUSS ARASTEH: Eu sou Kavouss, eu estou falando a título pessoal, e vamos ser práticos, pragmáticos, não vamos resolver os problemas do mundo, apenas vamos resolver os problemas da ICANN, essa é uma reunião muito dinâmica, embora tenhamos momentos de alta emoção. Acho que não podemos definir o conceito de interesse público. Talvez possamos escrevê-lo. Mas não defini-lo. Para descrevê-lo, tornaremos esse conceito em lei, e para mim, eu tenho experiência, acho que a descrição fornecida pela Becky, que vem dos estatutos, é a maneira mais prática de definir isso. E devemos evitar, e devemos cingir-nos, dentro dessas inscrições. E isso é o máximo que podemos dizer falando sobre estabilidade, segurança, resiliência, transparência, vamos ser mais práticos, e menos emotivos. E também, eu quero comentar o que disse Thomas Schneider, e fica claro que cada representante do GAC representa os interesses dos seu país, mas a decisão coletiva do GAC é a somatória desses interesses nacionais. Mas isso não deve ser interpretado como interesse global de toda a comunidade mundial. Muito obrigado.

OLIVIER CREPIN-LEBLOND: Muito obrigado Kavouss, seguinte.

MANMEET PAL SINGH: Sou um membro da ICANN, e membro do comitê de nomes, NomCom. Eu tenho um comentário da Becky, ela mencionou que o valor básico da ICANN é garantir a disponibilidade e integridade dos registros que essencialmente lida com nomes, e que por outra parte nós temos liberdade para que os registros gTLDs, estabeleçam o preço para os nomes de domínios gTLDs, e isso é correto?

BECKY BURR: Sim, é bem assim sim.

MANMEET PAL SINGH: Eu estive na indústria de domínios nos últimos 15 anos, e eu vejo que depois do nascimento dos gTLDs, a maioria dos nomes de palavras chaves tem um preço, Premium, deve ser pagos. Então você acha que isso é bom para o interesse público?

BECKY BURR: Sim, a ICANN não tem competência como reguladora. Dentre dos seus valores básicos deve operar, permitindo que o mercado resolva os problemas. Então o aumento da concorrência e da disponibilidade são problemas que não entram na incumbência da ICANN, e isso são exemplos de

aspectos que estão fora da sua missão. Serve o interesse público sim, mas deve permanecer dentro de sua missão, ou incumbência. Essas questões de concorrência dependem de outras autoridades no mundo.

MANMEET PAL SINGH: Muito obrigada.

OLIVIER CREPIN-LEBLOND: Muito obrigado, e obrigado a todos que fizeram perguntas, algumas perguntas e comentários feitos online, e vamos respondê-las através dos e-mails, temos uma lista de e-mails que trabalha então essa questão do interesse público, e se vocês não conseguiram perguntar aqui, podem perguntar online, no e-mail, e poderemos resolver. Nós vamos criar um grupo de trabalho, ainda não sei o nome do grupo, vai ser um grupo, não sei se será intercomunitário, ou o que, vamos precisar de um presidente para esse grupo, então aceitamos voluntários para a fundação de presidente desse novo grupo que vai se formar. Eu quero agradecer aos membros do painel, agradecer os participantes, assistentes, foi uma conversa muito interessante, e eu espero continuar com esse trabalho na próxima reunião que será em Copenhague em março do ano que vem, muito obrigado.